



PROCURADORIA – GERAL DA REPÚBLICA  
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**Boletim Informativo**

## Boletim Informativo

N.º 13/2019/2020

### REUNIÃO:

ORDINÁRIA DE 24/04/2020

**ABRIL DE 2020**

### Presenças:

### Presidente

- Procurador-Geral da República e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, *Dr. Luis José Tavares Landim;*

### Vogais

- Membro designado pelo Governo: *Dr. António Varela Semedo.*
- *Membros eleitos pela Assembleia Nacional: Dra. Edelfride de Santa Filomena Barbosa Almeida Eng. Mário Gomes Fernandes e Dra. Raquel Odete Fortes;*
- *Membros eleitos pelos seus pares, Dr. Helton José Barros; Dr. Ary José Alves Varela e Dra. Verá Lúcia de Jesus Andrade Nogueira, que participaram na sessão com recurso a videoconferência.*

### Secretário

- Secretariou a sessão o Oficial de Justiça *Zico António Fortes Andrade*, Secretário do Ministério Público.

### SUMÁRIO:

1. Período antes da ordem do dia;
2. Apreciação do processo de inspeção ordinária n.º 05/2019/2020, em que é inspecionada a Procuradora da República Raquel Monteiro Fernandes;
3. Apreciação da proposta da deliberação de classificação de serviço formulado pelo Inspetor do Ministério Público Dr. Albertino da Silva Mendes;
4. Pedido de inquérito contra o Procurador da República subscrito pelos herdeiros de Jorge Rodrigues Pires;
5. Apreciação da informação relativa:
  - a) Funcionamento do serviço na Curadoria de Menores da Comarca da Praia;
  - b) Viaturas acidentadas – Comarcas do Sal e Tarrafal;
6. Apreciação de pedidos de Oficiais de Justiça:

7. Apreciação da proposta do PGR para nomeação da Procuradora da República Kyllly Fernandes como coordenadora do Departamento Central de Ação Penal;
8. Apreciação dos pedidos de compensação de férias vencidas subscritas pelas ajudantes de serviços gerais aposentadas Sras. Ernestina Alves e Maria Conceição Fernandes;
9. Apreciação do pedido dos técnicos superiores Andrea Sanches Fernandes e Valdmir Gomes;
10. Despachos para ratificação;
11. Matérias para conhecimento.

## 1. Período antes da Ordem do dia:

### Aprovação da Acta:

Com as propostas introduzidas, a acta nº 12/2019/2020, da reunião ordinária 04 de Março de 2020, foi aprovada por unanimidade dos presentes.

## 2. Apreciação do processo de inspeção ordinária n.º 05/2019/2020, em que é inspecionada a Procuradora da República Raquel Monteiro Fernandes;

Ao abrigo do artigo 39º da Lei Orgânica do Ministério Público, aprovada pela lei nº 89/VII/20011, alterada pela Lei nº 16/IX//2017, de 13 de Dezembro, e em decorrência do sorteio para a distribuição de processos realizado na sessão ordinária do dia 31 de Janeiro de 2020, o CSMP deliberou:

1. *Distribuir o processo e toda a documentação necessária ao Vogal relator para elaborar a proposta de deliberação relativa a classificação de serviço da Procuradora da República Raquel Monteiro Fernandes, e apresentá-la na próxima reunião ordinária do CSMP para apreciação dos membros.*

## 3. Apreciação da proposta da deliberação de classificação de serviço formulado pelo Inspetor do Ministério Público Dr. Albertino da Silva Mendes;

O CSMP, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 61º, 62º e 64º do EMMP, o Conselho Superior do Ministério Público, com exceção de um Vogal, que não participou da discussão por motivos que considerou impeditivos, deliberou atribuir ao Senhor Inspetor do Ministério Público, Procurador da República, Dr. **Albertino da Silva Mendes**, a classificação e notação, conforme deliberação nº 97/CSMP/CSMP/20019/2020, que se dá por integralmente reproduzido e que faz parte integrante desta acta.

Notifique-se e comunique-se.

## 4. Pedido de inquérito contra o Procurador da República subscrito pelos herdeiros de Jorge Rodrigues Pires;

O CSMP, no uso das competências previstas nos artigos 226º n.ºs 5 e 6, al. c), da Constituição da República, 32º e 37º, n.º 1, al. c) da Lei Orgânica do Ministério Público (LOMP), aprovada pela Lei nº 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 16/IX/2017, de 13 de dezembro, por unanimidade, deliberou:

1. *Indeferir o pedido de abertura de inquérito contra o Procurador da República;*
2. *Conhecimento ao magistrado, do requerimento e da presente deliberação.*

*Notifique-se;*

**5. Apreciação da informação relativa:**

- c) *Funcionamento do serviço na Curadoria de Menores da Comarca da Praia;*
- d) *Viaturas acidentadas – Comarcas do Sal e Tarrafal;*

Adiado para a próxima sessão do CSMP.

**6. Apreciação de pedidos de Oficiais de Justiça:**

- a) *Reapreciação do pedido de transferência da Ajudante de Escrivã Jandira da Cruz Baptista;*

Adiado para a próxima sessão do CSMP.

- b) *Reapreciação do pedido de transferência do Escrivão Nelson Rocha da Comarca da Boa Vista;*

Adiado para a próxima sessão do CSMP.

- c) *Apreciação do pedido de transferência formulada pela Oficial de Diligências Elizabeth Rodrigues Afonso;*

Adiado para a próxima sessão do CSMP.

- d) *Solicitação de arma de defesa pelo Oficial de Diligências Vladmiro Lopes;*

Adiado para a próxima sessão do CSMP.

**7. Apreciação dos pedidos de compensação de férias vencidas subscritas pelas ajudantes de serviços gerais aposentadas Sras. Ernestina Alves e Maria Conceição Fernandes;**

Adiado para a próxima sessão do CSMP.

**8. Apreciação do pedido dos técnicos superiores Andrea Sanches Fernandes e Valdmir Gomes;**

Adiado para a próxima sessão do CSMP.

**9. Despachos para ratificação:**

Ao abrigo do artigo 40º da Lei Orgânica do Ministério Público (LOMP), aprovada pela Lei nº 89/VII/20011, alterada pela Lei nº 16/IX//2017, de 13 de dezembro, o CSMP ratificou os seguintes despachos:

- Autorização para audição do magistrado do Ministério Público Dr. João Félix Cardoso, no âmbito dos AI n.º 46/2010, que corre trâmites no Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal;
- Despacho nº 21/2019/2020 – encerramento da Procuradoria da República da Comarca da Boa Vista na sequência do surgimento de coronavírus (COVID19) na ilha;
- Despacho nº 23/2019/2020 — encerramento dos serviços do MP durante o estado de emergência na decorrência do combate a pandemia COVID19;
- Despachos do PGR relativos ao início dos processos de inspeções ordinárias dos Procuradores da República Assistentes Drs. Jussara Gonçalves e Miguel dos Santos;

Quanto ao despacho de indeferimento que recaiu sobre o pedido de emissão de certidão de deferimento tácito formulado pelo Procurador da República Dr. António Pedro Lopes Borges, na sequência do indeferimento da licença sem vencimento de longa duração, os vogais Eng.º Mário Fernandes e o Dr. Ary Varela CSMP manifestaram a necessidade de consultar melhor o referido despacho, antes da sua reapreciação na próxima sessão.

### **10. Matérias para conhecimento (5 doc.):**

O CSMP tomou conhecimento dos seguintes documentos:

- Acórdão n.º 10/2020, proferido nos Autos de Recurso Contencioso de Anulação, com pedido de suspensão da excoutoriedade do Acto n.º 62/19, em que é recorrente Evandro Carlos Cortez Moreno e recorrido o CSMP;
- Requerimentos subscritos pelo Secretário do Ministério Público Sr. Evandro Carlos Cortez Moreno, na sequência da decisão do acórdão n.º 10/20 do STJ, proferido nos Autos de Recurso Contencioso de Anulação com Pedido de Suspensão de Excoutoriedade do Acto n.º 62/19;
- Regresso dos Procuradores da República Assistentes – Continuação da formação;

O Presidente informou que os Procuradores da República Assistentes que estavam a frequentar o estágio no CEJ - Centro de Estudos Judiciários em Portugal, devido ao coronavírus 19, tiveram que regressar ao país mas, durante o período de quarentena a que foram sujeitos, continuaram a formação à distância, via *Skype*; informou ainda que iniciaram a realização das provas de avaliação, elaboradas pelo CEJ, a ter lugar de 30 de Abril a 18 de Maio de 2020, na sala de formação da PGR.

- Ofícios nºs 05/IMP/2020 e 60/IMP/2020 – comunicação do início dos processos de inspeção dos Procuradores da República Assistentes Drs. Jussara Gonçalves e Miguel dos Santos.
- Proposta de Lei do CSMP e CSMJ submetida ao Ministério da Justiça relativa às atividades das Procuradorias da República e tribunais judiciais durante o estado de emergência;

**Conselho Superior do Ministério Público, 24 de abril de 2020.**